

FORMAÇÃO POLÍTICA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: CONTRIBUIÇÕES DAS CONFERÊNCIAS DE SAÚDE PARA A RESIDÊNCIA EM SAÚDE

Participação Social; Sistema Único de Saúde; Residência em Saúde

Introdução

As Conferências de Saúde constituem espaços democráticos de participação social, formulação de políticas públicas e fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS). Para residentes em saúde, esses espaços representam oportunidades de ampliar a compreensão sobre gestão participativa, controle social e defesa dos direitos dos trabalhadores. Este relato objetiva refletir sobre as contribuições da participação nas etapas municipal, estadual e nacional das Conferências de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora para a formação política e o fortalecimento do protagonismo dos residentes na defesa do SUS.

Métodos

Trata-se de um relato de experiência, de caráter descritivo-reflexivo, construído a partir da participação nas diferentes etapas das Conferências de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. A experiência envolveu debates em grupos de trabalho, construção coletiva de propostas, plenárias deliberativas, articulação entre representantes de diferentes segmentos e participação nos processos de deliberação e representação social. Durante o percurso, houve atuação na defesa de propostas relacionadas às condições de trabalho e à formação em residência, além da interação com representantes de diversas regiões do país, favorecendo a troca de experiências e a construção coletiva de estratégias de mobilização.

Resultados / Discussão

A vivência evidenciou que as conferências extrapolam seu caráter deliberativo, constituindo-se como espaços de formação política, fortalecimento da democracia participativa e produção coletiva de conhecimento. A construção, defesa e aprovação de propostas relacionadas à qualificação da formação em residência, incluindo a discussão sobre a redução da carga horária dos programas, demonstrou a potência da participação organizada na formulação de políticas públicas. O contato com trabalhadores, usuários, gestores e representantes de diferentes territórios brasileiros ampliou a compreensão sobre as desigualdades regionais, as diversidades culturais e os desafios enfrentados na garantia do direito à saúde e à proteção dos trabalhadores. A experiência também fortaleceu a inserção em movimentos organizados de residentes e ampliou o compromisso com o controle social, evidenciando que a atuação política integra o processo formativo e contribui para a construção de um SUS mais democrático, equitativo e participativo.

Considerações Finais

A participação nas Conferências de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora reafirmou a importância dos espaços de controle social como dispositivos de formação crítica e desenvolvimento do protagonismo dos residentes. A vivência fortaleceu competências relacionadas ao diálogo, negociação, mobilização coletiva e incidência política, evidenciando que a defesa de melhores condições de formação e trabalho também representa uma estratégia de fortalecimento do SUS. Experiências dessa natureza contribuem para formar profissionais comprometidos com a democracia, a participação social e a transformação das políticas públicas em saúde.

Referência Bibliográfica

BRASIL. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 31 dez. 1990. BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. HOEFEL, Maria da Graça Luderitz; SEVERO, Denise Osório. Participação social em saúde do trabalhador: avanços, desafios e perspectivas contemporâneas. Tempus – Actas de Saúde Coletiva, Brasília, v. 5